

SES, Renando Gabaria, Dorival Magalhães (opinião), Cezar D'Almeida, Fernando Souza (opinião), Andréa Pachá (opinião), Ana Maria Machado (opinião), TEK, Merval Pereira, Carlos Américo (opinião), Gil Cascaes (opinião), Fábio Giardini (opinião), José Casadei, Merval Pereira, Dócio Gaspary, Zaira Teresina, Roberto Dalbó, QRL, Merval Pereira, Achilleu Colares, Luiz Fernando Veríssimo, Carlos Alberto Saravêla, SEK, Merval Pereira, Flávia Oliveira, Eduardo Alhozi (opinião), Regina Fagundes-Nerneck (opinião), Nelson Motta, S&P, Merval Pereira, Andrea Fátima (opinião), Ligo Bahia (opinião), Sérgio Magalhães (opinião), Luis Fernando Janat (opinião), Sílvia Karlo Bek (opinião), DOM, Merval Pereira, Chico Caruso, Scotti Marzotto, Bernardo Mello Franco

ANDRÉA PACHÁ

opinio.globo.com/opinio  
andrea.pachá@red.com.br



Feminismo sem partido

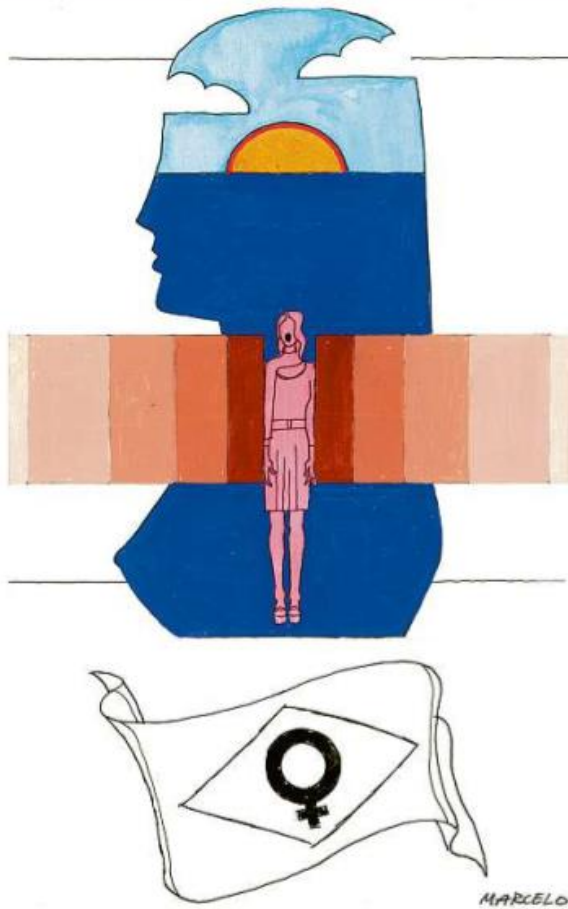
Como enfrentar a epidemia de violência que dizima mulheres, quando autoridades responsáveis pela execução e normatização de políticas públicas reformam preconceitos, desqualificam denúncias de violações de direitos e fortalecem a estrutura social machista, pelo uso da linguagem rasteira e agressiva das redes sociais?

Ainda na primeira semana de 2019, ao menos 21 mulheres foram mortas por namorados ou companheiros. Os números crescentes assombram e atingem mulheres cada vez mais jovens, desafiando ações efetivas e complexas não só de punição, mas de acolhimento, prevenção e informação. As medidas previstas na Lei Maria da Penha — reconhecida internacionalmente como uma das melhores legislações sobre a matéria — têm sido insuficientes para barrar o horror, que seria ainda mais devastador sem a existência da norma. Alguns projetos, como o Violenta — idealizado pela juíza Adriana Mello, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que soluçiona as denúncias em até quatro horas — são ferramentas importantes para evitar a escalada da violência. Nada, no entanto, tem impedido que mulheres sejam mortas, mesmo com medidas de proteção na bolsa.

Elizângela, Iolanda e Maria Dalvínia mal haviam sido sepultadas, quando a nova equipe do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) publicava uma retificação no edital que avaliará as obras didáticas e literárias, que serão distribuídas aos alunos da rede pública. No texto, foi suprimido o compromisso educacional com a agenda da não violência contra a mulher. Na última quinta-feira, denunciada a omissão, felizmente o governo retrocedeu. A insegurança causada por discursos erráticos, entretanto, especialmente no que diz respeito aos direitos fundamentais, produz danos irreparáveis, notadamente quando conjugados com a aversão ao feminismo, com perseguições virtuais a militantes e com pregações que reduzem o papel da mulher a membro de um grupo familiar, subtraindo-lhe a subjetividade.

Para que se compreenda que mulher não é propriedade de homem, é preciso desenvolver outra consciência de gênero, garantindo a igualdade de direitos, impedindo que jovens reproduzam o comportamento agressivo, muitas vezes vivenciado na própria casa. Daí porque não se pode admitir que feminismo e gênero sejam evitados nos bancos escolares, como se o fim do preconceito e a compreensão do respeito e da dignidade, como valores inegociáveis, devesses ser repelidos.

Não há possibilidade de vencer o ódio e desconstruir uma sociedade machista e pa-



triarcal, que sempre conviveu com a prática de feminicídios, senão pelo conjunto integrado de ações que passam necessariamente pela linguagem, pela saúde e, principalmente, pela educação. Repressão sem informação vira violência e medo. Feminismo se aprende também na escola.

A comunicação desprovida de densidade que se estabelece nas redes pode ser eficiente em período eleitoral, para mobilizar torcidas e potencializar confrontos. Na vida real, contudo, desagraja e pouco ou nada contribui para que o poder público se responsabilize por políticas afirmativas, que evitem tantas mortes desnecessárias, cruéis e prematuras.

Ocupar o vergonhoso quinto lugar em números de feminicídios no mundo e conviver diariamente com mulheres sendo brutalmente assassinadas deveriam ser motivos suficien-

tes para que não tolerássemos atitudes que naturalizam a violência, especialmente piadas e adjetivos que desqualificam as mulheres. Linguagem é poder. Violência não é "mimimi". A escolha do espaço virtual como meio prioritário de comunicação tem nos levado a um processo de infantilização e irresponsabilidade que precisa ser vencido para o regular exercício da democracia.

Não é o caso de torcer contra ou a favor. Aliás, torcidas organizadas são do que menos precisamos neste momento. Precisamos de respeito, clareza na comunicação e compromisso com a Constituição e com a longa estrada civilizatória que nos trouxe até aqui. Feminismo é luta pela igualdade de direitos. Não é pauta comunista ou bandeira ideológica. Quem não apoia a igualdade compactua com os crimes cometidos.

ARTIGO

Concessão sem danos

JERSON KELMAN



O prefeito Marcelo Crivella decidiu que vai lançar, este mês, um edital para a concessão, por 30 anos, do tratamento de esgoto na região que engloba Barra, Recreio e Jacarepaguá, a chamada AP-4. O plano, no entanto, dependerá de um entendimento com o estado: a operação do sistema, considerada rentável, hoje é de responsabilidade da Cedaee..., que tem contrato com o município com validade até 2057 (O GLOBO, 06/01/2018).

Já víssemos esse filme antes, e o final não é feliz. De um lado, a Cedaee argumenta que desde 2011 "investiu cerca de R\$ 1,7 bilhão na AP-4. Foram construídos, por exemplo, 19 elevatórias, a Estação de Tratamento da Barra e o emissário submarino". Acrescenta que "70% do esgoto da área são coletados, mas o percentual não inclui 117 favelas, onde a responsabilidade pelo saneamento já é da prefeitura" (O GLOBO, 26/07/2018). De outro lado, o município se queixa da poluição das lagoas, mas coopera pouco com a Cedaee na coleta de esgoto das favelas.

Segundo a Constituição, a prefeitura pode escolher sozinha a concessionária de saneamento se o serviço é de natureza local. Isto é, se a água distribuída e o esgoto coletado não têm relação com outros municípios. Esse não é o caso, por exemplo, da água distribuída na região metropolitana, que tem origem no Rio Paraíba do Sul e é tratada no município de Nova Iguaçu, ou do esgoto coletado na maior parte do município do Rio, cujo destino é a Baía de Guanabara. Porém, o esgoto da AP-4 é lançado por emissário submarino em alto-mar sem afetar outros municípios. Portanto, em tese seria sim possível a renegociação do contrato entre a prefeitura e a Cedaee, especificamente no tocante ao esgotamento sanitário da AP-4.

Desde, é claro, que as duas partes entrem num acordo, principalmente no tocante à indenização à Cedaee pelos ativos ainda não amortizados. Minha sugestão: deve constar do edital que a indenização não será paga pelo município, e sim pela empresa ganhadora da licitação. Um acordo em torno desse ponto, inclusive quanto ao montante devido, seria um bom início de negociação.

Jerson Kelman é professor da Coppe-UFRJ e foi presidente da Sabesp